Cláusula 14.ª

Encargos

Todas e quaisquer despesas ou encargos decorrentes da celebração do presente contrato correm por conta do promotor.

13 de Outubro de 2004. — O Primeiro Outorgante, *João Eduardo Guimarães Moura de Sá*. — O Segundo Outorgante, *José Manuel Marques Constantino da Silva*. — O Terceiro Outorgante, *João Paulo de Castro e Silva Bessa*. — O Quarto Outorgante, *António Rui Esteves Solheiro*.

Modelo de carimbo a utilizar

<p>PO Norte – Medida Desporto</p> <p>Co-financiado pelo FEDER em 52,56%</p> <p>sobre €: _____</p> <p>____/____/____</p>
--

Homologo.

10 de Novembro de 2004. — O Secretário de Estado do Desporto, *Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves*.

Instituto Português da Juventude

Despacho (extracto) n.º 4528/2005 (2.ª série). — Por despacho da vogal da comissão executiva de 14 de Janeiro de 2005:

Avelino Manuel Santos do Ó, técnico profissional de 2.ª classe do quadro de pessoal da Delegação Regional de Portalegre do Instituto Português da Juventude — autorizado o seu pedido de transferência para lugar idêntico do quadro de pessoal da Delegação Regional de Faro.

17 de Fevereiro de 2005. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Geraldês*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Despacho conjunto n.º 179/2005. — Pelo Decreto-Lei n.º 1/90, de 3 de Janeiro, foi extinta a Empresa Pública do Jornal do Diário Popular, a qual, nos termos do n.º 2 do artigo 1.º, manteria a sua personalidade jurídica, para efeitos de liquidação, até à aprovação das contas apresentadas pelo administrador liquidatário.

Considerando que não se justifica protelar por mais tempo o encerramento desta liquidação, que se arrasta desde 1990, afigura-se urgente a definição de uma data para o encerramento deste processo:

Assim, os Ministros de Estado e da Presidência e das Finanças e da Administração Pública determinam que o administrador liquidatário da Empresa Pública do Jornal do Diário Popular deverá proceder ao rateio final dos créditos face ao activo existente ou que vier a ser realizado, tal como preconizado no n.º 2 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 260/76, de 8 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 25/79, de 19 de Fevereiro, e a apresentação do relatório e conta final da liquidação, nos termos do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 1/90, de 3 de Janeiro, até 28 de Fevereiro de 2005.

7 de Fevereiro de 2005. — O Ministro de Estado e da Presidência, *Nuno Albuquerque Morais Sarmento*. — O Ministro das Finanças e da Administração Pública, *António José de Castro Bagão Félix*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Despacho conjunto n.º 180/2005. — Considerando que constitui receita própria do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos (IPTM) uma percentagem das receitas de exploração de cada porto integrado em administração portuária, a qual deverá ser fixada anualmente;

Considerando que esta percentagem é definida anualmente por despacho do ministro da tutela;

Considerando que, nos termos da Lei Orgânica do XVI Governo Constitucional, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 215-A/2004, de 3 de Setembro, o IPTM se encontra sob tutela do Ministro de Estado, da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar e que ficam sob responsabilidade do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações as entidades do sector empresarial do Estado com atribuições no domínio da administração dos portos:

Ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 28.º dos Estatutos do IPTM, publicados em anexo ao Decreto-Lei n.º 257/2002, de 22 de Novembro, conjugado com o n.º 6 do artigo 23.º e com a alínea f) do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 215-A/2004, de 3 de Setembro, determina-se o seguinte:

1 — A percentagem das receitas de exploração dos portos integrados em administrações portuárias que constitui receita própria do IPTM, no ano de 2005, é fixada em 4,5 % dos proveitos registados na conta 72 — «Prestação de serviços», excluindo a receita do serviço de pilotagem.

2 — As Administrações do Porto de Leixões (APDL, S. A.), do Porto de Aveiro (APA, S. A.), do Porto de Lisboa (APL, S. A.), dos Portos de Setúbal e Sesimbra (APSS, S. A.) e do Porto de Sines (APS, S. A.) devem enviar ao IPTM, até ao dia 15 do 1.º mês de cada trimestre, os montantes correspondentes ao trimestre imediatamente anterior.

17 de Janeiro de 2005. — O Ministro de Estado, da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Paulo Sacadura Cabral Portas*. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *António Luís Guerra Nunes Mexia*.

MINISTÉRIO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS E DO TRABALHO

Secretaria-Geral

Aviso n.º 2108/2005 (2.ª série). — Por despacho de 18 de Janeiro de 2005 da Secretária de Estado da Indústria, Comércio e Serviços:

José Alberto Pinheiro Rifes, técnico superior principal da ex-Direcção-Geral da Indústria — autorizado o regresso da situação de licença sem vencimento de longa duração e na mesma data autorizada a transferência para o quadro de pessoal do Departamento de Modernização e Recursos da Saúde do Ministério da Saúde.

4 de Fevereiro de 2005. — Pela Secretária-Geral, o Secretário-Geral-Adjunto, *Carlos Palma*.

Aviso n.º 2109/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 11 de Fevereiro de 2005, nomeio, precedendo concurso, técnico superior de 1.ª classe, escalão 1, índice 460, da carreira de técnico superior de arquivo do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do ex-Ministério da Economia, o tenente António Miguel Lino Moura, em regime de contrato no Arquivo Histórico Militar, considerando-se a cessação do contrato com as Forças Armadas a partir da data de aceitação do lugar para que agora é nomeado, na sequência da recusa de aceitação da nomeação de Glória José Marques dos Santos, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 9, de 13 de Janeiro de 2005, pelo aviso n.º 281/2005 (2.ª série).

14 de Fevereiro de 2005. — O Secretário-Geral-Adjunto, *Carlos Palma*.

Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho

Aviso n.º 2110/2005 (2.ª série). — *Lista de antiguidade.* — Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que a lista de antiguidade referente aos funcionários do quadro da Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, reportada a 31 de Dezembro de 2004, aprovada por despacho de 11 de Fevereiro de 2005 do director-geral do Emprego e das Relações de Trabalho, se encontra afixada no edifício da Praça de Londres, 7.º, em Lisboa.

Nos termos do n.º 1 do artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 100/99, cabe reclamação no prazo de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso.

14 de Fevereiro de 2005. — A Chefe de Secção, *Irma Fidalgo*.